

Ponte para o passado ou desordem e regresso

RENATO NUNES BITTENCOURT*

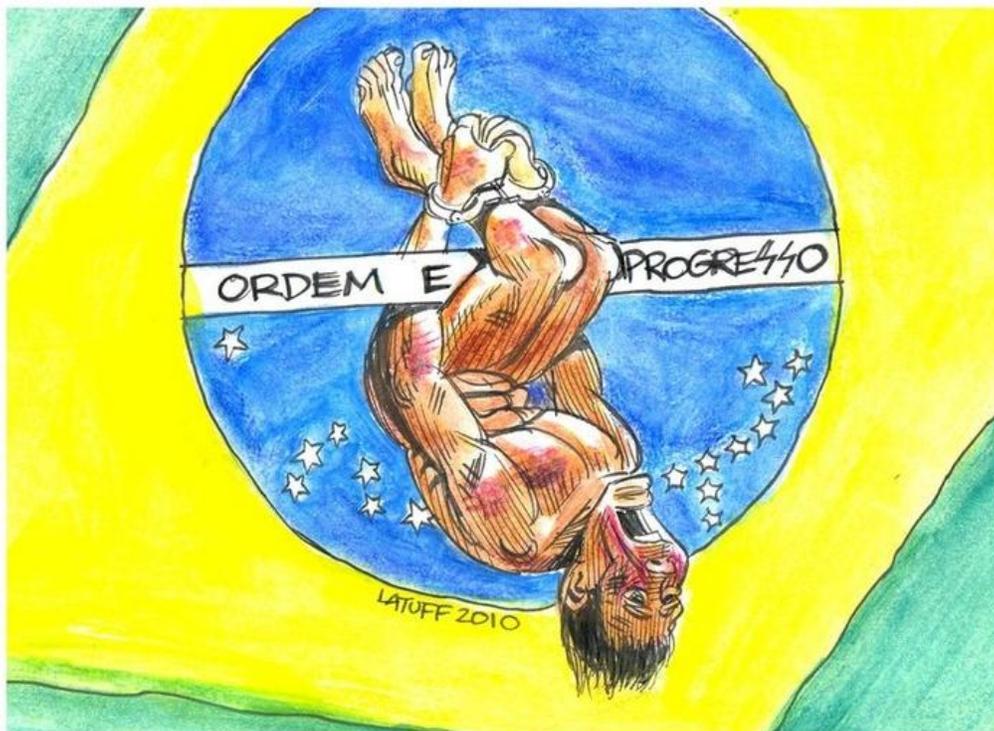
Resumo

O artigo analisa os procedimentos escusos realizados pela gestão Temer para sobreviver no poder, a despeito de todas as evidências jurídicas de práticas impróprias incompatíveis com a dignidade do cargo presidencial, e os esforços contrários aos interesses sociais para ratificar sua agenda de reformas que ao fim e ao cabo apenas favorecerá ao empresariado.

Palavras-chave: Corrupção; Reacionarismo; Plutocracia; Fisiologismo.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF e professor da FACC-UFRJ.



Introdução

O escândalo é a tônica do falido governo Temer, que sobrevive através de manobras antirrepublicanas moralmente duvidosas. Difundindo uma imagem pública de arauto da reforma institucional da estrutura política do Brasil de modo a colocar o país nos eixos da modernização globalizada, os acontecimentos cotidianos evidenciam, na verdade, uma contradição fundamental entre o belo discurso teórico e suas práticas escusas, aprofundando ainda mais a crise generalizada na ordenança social brasileira, a qual prometera demagogicamente resolver. O dever da política nacional que a cada dia apresenta reviravoltas e dados confusos para os intrépidos intérpretes impede que tenhamos precisão argumentativa nas nossas colocações críticas, mas o desafio intelectual se coloca acima dessas contingências epistemológicas.

Ao menos temos uma certeza fundamental: o governo Temer afunda na lama não só por seus próprios erros técnicos, mas acima de tudo por seus vícios políticos.

Uma perigosa temeridade política

O desgoverno Temer jurou lealdade ao progresso e à moralização da gestão política brasileira. Contudo, o que ocorreu na realidade foi justamente o contrário, a perpetuação de procedimentos corruptos, alianças duvidosas, acordos clientelistas, circunstâncias que fazem da república brasileira um perpétuo sistema destinado a enriquecer elites plutocráticas avessas ao espírito democrático. O poder presidencial ratifica transações politicamente duvidosas em nome do ideário de dismantelamento da coisa pública brasileira. Os aliados que não seguem piamente os preceitos e as diretrizes temerárias são, conseqüentemente,

exonerados dos seus cargos, em uma reconfiguração do voto de cabresto típico do coronelismo veterorrepublicano, governança que é moderna apenas na forma, pois na prática real é mantenedora das antigas práticas escusas do patriarcalismo latifundiário. O discurso polido do presidente temerário disfarça seus procedimentos ignominiosos, eis assim um sepulcro caído em nossa degradada ordem republicana, laica no papel, mas que dá voz cada vez mais ao fundamentalismo teocrático de demagogos religiosos de seitas exploradoras da fé dos tolos e aos imbecis truculentos. O presidente temerário brinca com as forças multitudinárias brasileiras que ainda não apresentaram todo o seu vigor contestador. A agenda das reformas alardeadas como salvação nacional na verdade apenas perpetua o hiato entre a plutocracia, jamais prejudicada em seus interesses, e as massas, espoliadas e precarizadas em seus direitos sociais conquistados através de duras lutas.

De nada adianta o poder executivo se fiar em espúrias bases parlamentares que são facilmente desmanchadas mediante as escusas conveniências partidárias. Muitos dos antigos apoiadores do desgoverno Temer sinalizaram um tímido interesse de abandonarem seu núcleo de sustentação política não em decorrência da corrupção cristalizada nessa gestão retrógrada, pois já eram cientes desse malefício contra a ordem republicana. O fator determinante para que abandonassem o naufrágio temerário foi a revelação pública dos detalhes ignominiosos dessa gestão fraudulenta, circunstância que certamente acarretará no fracasso eleitoral dos partidos irmanados com essa governança improba. Escapar da derrocada temerária, nessas condições, não é um

gesto republicano de patriotismo, mas uma tentativa midiática desses partidos fisiológicos demonstrarem ao povo brasileiro que nada sabiam das tramoias temerárias e que, agora, horrorizados por tais fatos, não compactuam com esses desvios de conduta. Outros que ainda insistem em permanecer aferrados ao poder temerário receberam tantas injeções financeiras que talvez pouco se importem com o risco futuro das eleições, pois já terão garantido suas vantagens pessoais e, tanto pior, acreditam que os eleitores relevarão e esquecerão suas falcatruas.

Para o bem e para o mal, os processos jurídico-políticos brasileiros se caracterizam pela morosidade, aumentando assim a dramaticidade de cada episódio da agenda política nacional, como uma grande novela que fatia exaustivamente cada acontecimento de modo a aproveitar cada detalhe no seu processo de consumo social. A tragédia temerária é um exemplo dessa triste narrativa, seus protagonistas prolongam sua atuação nesse terrível drama que agrilhoa a democracia brasileira, mas ao fim todos eles encontrarão o mesmo destino, a prisão e o opróbrio público. Os plutocratas corruptos acreditam na perpetuação das instituições lenientes com o grande crime organizado do clientelismo político, depositando pouca fé na possibilidade de punição por seus delitos cometidos contra a coisa pública brasileira. Jessé Souza aponta que

A corrupção – compreendida como vantagem ilegítima em um contexto de pretensa igualdade – é, aliás, dado constitutivo tanto do mercado quando do Estado em qualquer lugar do mundo. A fraude é uma marca normal do funcionamento do mercado capitalista sempre que este não seja estritamente regulado (SOUZA, 2015, p. 91).

Os grandes homens públicos de outrora possuíam distinto senso de honra e de vergonha. Quando caíam em desgraça pela realização de atos ímprobos ou por qualquer deficiência no exercício das suas funções não hesitavam em recorrer ao suicídio para que seu renome para a posteridade fosse reconhecido como digno de nobreza. Quando esses homens em declínio moral hesitavam demasiado em efetuar o ato extremo, soldados, sicários ou a plebe enfurecida realizavam o gesto violento. Na atualidade, os políticos sacripantas perderam qualquer dignidade, e mesmo quando seus crimes são comprovados insistem, no entanto, em sua presumida inocência. As evidências mais claras não são suficientes para condenar tais mitômanos prevaricadores. Mesmo na era em que a verdade dos fatos encontra mais facilidade para exposição das suas evidências a banda corrupta do poder continua insistindo em defender até o limite da tolerância sua alardeada idoneidade.

Os plutocratas corruptos aferrados nas bases governamentais pautam suas práticas ilícitas na crença estereotipada de que o povo brasileiro, imputado como amante da paz e da concórdia, não é capaz de se rebelar violentamente contra os desmandos contínuos do regime temerário. Essa visão distorcida de nossa história sociopolítica não reconhece que desde tempos coloniais ocorreram diversas rebeliões contra as diversas formas de estruturas governamentais autoritárias, inclusive realizando em muitas ocasiões mudanças significativas no modus operandi do poder estabelecido. Se não temos uma Queda da Bastilha, temos, no entanto, Palmares, Canudos e Revolta da Chibata. Cada movimento de resistência ao despotismo governamental é um exemplo singularizado da história de luta social

por reconhecimento. Não são as seráficas flores, mas o sangue e os espinhos que calcaram a formação política brasileira. Porém, por fraqueza da consciência histórica aliada ao discurso mistificador das inverdades jornalísticas, acredita-se piamente nessa fábula pacifista.

O abreviamento do mandato de Dilma Rousseff pela manobra golpista foi celebrado pela chusma reacionária como o sepultamento do projeto político da esquerda brasileira e a legitimação ideológica de uma nova hegemonia direitista através de uma gestão tecnocrática comprometida com o sucesso nacional e a moralização da coisa pública, a malfadada ponte para o futuro. Os crimes cometidos pela organização temerária expressam, pelo contrário, a construção de uma conservadora ponte para o passado, temperada pelo clientelismo, pelo obscurantismo, pelas práticas escusas alheias ao bem comum da sociedade brasileira. A direita, que re floresceu virulentamente após a queda de Dilma Rousseff, torna a perder credibilidade através das desconcertantes violações temerárias. Para grande parte do público eleitor se instaura um cenário niilista de anomia e de desesperança em relação aos rumos da ação política, abrindo-se assim brecha para o fundamentalismo fascista que agora revela sua face hostil sem maiores pudores. A opinião pública ignorante e truculenta considera que uma figura defensora do legado mortal de uma infame ditadura militar é a solução para a crise institucional brasileira, não compreendendo, em sua tacanha visão política, que a apologia da tortura, do estupro, da misoginia, da homofobia e da discórdia social são também atos corruptos contra a democracia nacional. Corrupção, em sentido amplo, é qualquer procedimento que viole a dignidade da ordem

republicana, não apenas atos ilícitos para favorecimento pessoal e de coligados. Felipe Demier argumenta que

Embora suas origens remontem a tempos idos, e o fascismo a tenha agitado demagogicamente, a ideologia segundo a qual o “sistema político” – e não o sistema capitalista – é eminentemente corrupto é uma ideologia constitutiva do próprio regime democrático-blindado brasileiro. Sua função neste é, sobretudo, afastar os segmentos subalternos do tal “sistema político”, deixando-o inteiramente livre para os gestores do capital (DEMIER, 2017, p. 71).

Cada vez mais crimes contra o patrimônio público são realizados por parasitas políticos que arrogantemente se imputam acima de qualquer regramento legal. Mobilizações multitudinárias são pertinentes para consolidar o processo de contestação ao arbítrio corrupto da cúpula temerária, mas o ataque mais eficiente ao núcleo vital desse poder se encontra na realização de uma verdadeira greve geral, que paralise não apenas as atividades de ensino, os transportes públicos, o comércio e a indústria, mas também o próprio processo de consumo. Ao quebrar a infraestrutura do regime capitalista exploratório que sustenta o corrupto governo temerário, a greve geral retirará dessa gestão reacionária não apenas sua sustentação econômica, como também seu apoio empresarial, exigindo assim sua pronta supressão. Por conseguinte, é imprescindível um esforço maior das bases sindicais comprometidas com o progresso democrático e a legitimidade republicana enraizada na força popular, coragem para enfrentar esse desafio político mediante o dispêndio de tempo necessário para derrubar o ilegítimo

poder temerário. Perante tal espírito reacionário não é mais possível qualquer política conciliatória, pois tentar harmonizar oposições ontologicamente divergentes é alimentar a barbárie que cresce mediante a tacanhez intelectual, a miséria moral e as disposições ressentidas de uma massa social desprovida de magnitude existencial. A cândida conciliação só convém em uma dimensão angelical regida pela paz celestial que somente existe para além das contingências e contradições do mundo terreno. Assim, a esperança política de harmonizar oposições tão extremas no fundo apenas fortalece o projeto político necrófilo que dissolve os parques direitos civis da população brasileira, violentados para que os interesses rentistas e corporativos se satisfaçam, aumentando assim sua lucratividade estrondosa.

A cantilena da reforma da Previdência Social e do sistema trabalhista perde toda sua credibilidade ao constatar-mos nitidamente que esse projeto é capitaneado por uma estrutura parlamentar corrupta alheia aos propósitos democráticos e por uma cúpula presidencial desprovida de legitimidade. Como podemos conceber mudanças nas legislações trabalhistas sem que tenhamos transformações radicais no modus operandi da política nacional? As reformas que tanto agradam ao mercado, são, por isso, contrárias aos interesses sociais e, ainda que fossem economicamente pertinentes, de nada adiantam se a corrupção e a má gestão da coisa pública são fatores recorrentes na administração política brasileira. Antes de debatermos a validade das reformas (absolutamente convenientes aos paradigmas neoliberais de enfraquecimento do poder estatal comprometido com o bem-estar social) é fundamental que

depuremos da gestão governamental brasileira os elementos corruptos que causam rombos muito maiores do que os investimentos públicos usuais nos setores sociais. Em nosso capitalismo predatório que beneficia as castas plutocráticas em detrimento dos anseios sociais, somente as forças empresariais prosperam, uma vez que os seus desvios estruturais, suas violações trabalhistas e seus prejuízos ambientais são minimizados, e suas dívidas fiscais perdoadas pelo poder magnânimo de uma gestão governamental complacente com os rentistas e espoliadores do patrimônio público. Em uma situação hipotética, para que alguém tenha qualquer credibilidade na sugestão, ou melhor, na imposição narcísica e autoritária por reformas estruturais na condução da coisa pública é necessário que primeiramente tenha a si mesmo se reformado, seja um governante, seus comparsas e seu partido politicamente degenerado. Fora desse contexto é pura bazófia.

Os ídolos direitistas revelam suas faces ignominiosas para o povo brasileiro. Outrora se pavoneavam como os arautos da honestidade contra as práticas corruptas, mas o desenrolar das investigações policiais revela as verdadeiras identidades desses criminosos que patologicamente não hesitam em espoliar a coisa pública brasileira. O reacionarismo social defende a aplicação da violência sumária contra os criminosos “comuns”, isto é, os pobres, os favelados, inclusive apelando ao extremismo necrófilo da pena de morte para esses marginais. Todavia, o mesmo rigor não é exigido pela consciência direitista na punição dos criminosos que são de fato perigosos, os políticos prevaricadores, os empresários rapinantes. Afinal, no fundo os reacionários são irmanados com as práticas desonestas e injustas

que violam bem comum da sociedade. Os criminosos de rua atentam contra particulares, os criminosos do colarinho branco atentam contra milhões de cidadãos, e seus gabinetes assépticos são os genuínos covis da ladroagem onde o destino da coisa pública é violado continuamente.

A legítima Presidenta Dilma Rousseff foi destituída de seu mandato por um golpe parlamentar orquestrado pelas forças reacionárias associadas ao empresariado rentista, corrupto e espoliador. Certamente haviam muitos pontos problemáticos em sua gestão presidencial, mas a condução do processo golpista chamado eufemisticamente de impeachment foi um avilte contra a inteligência humana e contra qualquer possibilidade de instauração de uma hegemonia democrática no Brasil. Pouco importa que tal processo tenha ocorrido pelo crivo do rito constitucional, uma vez que as motivações dessa grande farsa foram absolutamente ilegítimas, e a própria letra constitucional está submetida ao erro, daí a importância de revisão constante de seu conteúdo. O discurso massivo de que o processo golpista travestido de impeachment foi juridicamente legítimo é ratificador de todas as barbáries. O governo petista errou politicamente ao não realizar transformações radicais na estrutura socioeconômica brasileira, desagradando aos setores de esquerda que ansiavam por tais realizações emancipatórias e que assim se afastaram da sua base de sustentação, fundamental para se contrapor energicamente ao golpismo direitista, verdadeiro fascismo travestido como patriotismo acéfalo, luta moralista contra corrupção e defesa do pretense empreendedorismo mercadológico como motor do progresso social. Para tanto, a panaceia da reforma se torna a palavra mágica

para a consecução do projeto temerário, assim como a construção ideológica do descrédito social em relação ao sistema político nacional, compreendido como uma cloaca. Conforme argumenta Jessé Souza,

O espantinho da criminalização da política só serve para que a economia dispense a mediação da política e ponha seus lacaios sem voto e que se vangloriem de sua impopularidade vendida como cartão de visitas para a elite do atraso, como garantia cega à elite na rapina da população como um todo (SOUZA, 2017, p. 233).

A mesma massa branca e burguesa que exigiu a supressão do mandato presidencial de Dilma Rousseff é também a mesma que silencia piamente perante o desmonte antirrepublicano operado pela súcia temerária, talvez enfeitada pela magia negra da plutocracia corrupta que beneficia os grupos que prosperam através da degradação dos direitos sociais. Segundo Felipe Demier,

Paradoxalmente, o regime democrático constitucional brasileiro faz da sua constituição, ou melhor, da parte social desta, o seu pior inimigo, e tem nos saudosistas da velha ordem verde-oliva dos atos institucionais alguns dos seus mais fiéis aliados na luta por um futuro democraticamente cinzento (DEMIER, 2017, p. 98).

O reacionarismo é elemento essencial da etologia brasileira desde os primórdios coloniais, mas no governo temerário apresenta uma violenta força de legitimidade social. A apatia generalizada da opinião pública não é capaz de reconhecer a traição perpetrada pelo governo Temer e seus asseclas. Curioso que muitos dos seus tenazes apoiadores se arrogam patriotas, mas em verdade nada mais são do que

vendilhões da democracia. Fica então a pergunta: quem irá julgá-los? Os crimes temerários são desnudados a cada dia, mas as maquinações politiquieiras da base aliada atrasam a defenestração da corja detentora do poder republicano. Ponte para o passado ou desordem e regresso, esse é o verdadeiro lema da gestão Temer, e seus efeitos deletérios na ordem pública nacional já são nitidamente reconhecíveis: a sanha antissocial do empresariado realiza toda sorte de atos arbitrários em conveniência com a flexibilização das leis trabalhistas. Demissões em massa e pouca geração de novas vagas de emprego, atirando ao pauperismo ainda mais cidadãos. O câncer temerário só causa transtornos para a democracia brasileira.

Considerações finais

Analistas políticos, jornalistas, formadores de opinião e outros segmentos da intelligentsia nacional proclamam que deve haver da parte dos poderes estabelecidos um compromisso republicano de engajamento abnegado pela superação da crise geral que afeta as instituições brasileiras, mediante aplicação de medidas técnicas desprovidas de paixão e de ranços ideológicos. Contudo, essa prédica se sustenta apenas teoricamente, pois na dimensão prática é impossível depurar o foro pessoal da ampla dimensão política, circunstância que, aproveitada convenientemente por uma gestão pública degenerada, não tarda em descambar para os infames atos ilícitos, as prevaricações, o compadrio corrupto. O governo Temer, ainda que formalmente transitório, não realizou os objetivos soberanos que propunha com sua velhaca retórica demagógica, pois o retrocesso se tornou a essência dessa infeliz gestão. Em consideração ao amor pela ordem republicana que tanto

apregoa possuir, a maior demonstração de hombridade do alto escalão do governo Temer seria a renúncia, ainda que tardia, em favor da realização de eleições gerais diretas, a única maneira de se permitir que a política nacional possa reconquistar um pouco de sua legitimidade perdida. Contudo, como os mandatários temerários são elementos carcomidos pelo veneno da corrupção, tal ato extraordinário não ocorrerá. Nessas condições, a saída para a crise institucional que o próprio golpismo direitista atirou a república brasileira se encontra na luta multitudinária pela depuração dessas nódoas reacionárias

que apodrecem o poder governamental em todas as suas ramificações.

Referências

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: LeYa, 2017.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.